



# “VEM FORTE QUE EU SOU DO NORTE”: ESTUDOS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO SOBRE MULHERES DOUTORAS NA REGIÃO NORTE

Rafaela PORTELA<sup>1</sup>  
Martha Julia MARTINS<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa os discursos de mulheres doutoras que atuam na região Norte do Brasil e reflete sobre como elas avaliam suas trajetórias no ambiente acadêmico considerando fatores de inclusão ou exclusão como gênero, raça, classe e região de origem. Trata-se do recorte de uma pesquisa qualitativa de caráter interpretativista apoiada pela Netnografia. Os dados desse trabalho foram analisados sob o viés dos Estudos de Gênero, da Interseccionalidade e da Análise Crítica do Discurso, através da categoria “avaliação”. Entre as descobertas desta pesquisa, citamos que as participantes brancas reforçam discursos meritocráticos e não refletem profundamente sobre como a raça as privilegia socialmente. Em contrapartida, as participantes não brancas se veem como privilegiadas por suas posições acadêmicas, mas citam a raça, gênero e região de origem como fatores de exclusão.

**Palavras-chave:** mulheres; pesquisadoras; região norte; estudos de gênero; interseccionalidade; análise crítica do discurso.

**Abstract:** This article aims to investigate the discourses of women with a PHD who work in the North region of Brazil and it reflects on how they evaluate their trajectories in the academic environment considering factors of inclusion or exclusion such as gender, race, class and region of origin. This is interpretative qualitative research supported by Netnography. The data from this work were analyzed through the perspectives of Gender Studies, Intersectionality and Critical Discourse Analysis. Among the findings of this research, we mention that the white participants reinforce meritocratic discourses and do not reflect deeply on how race socially favors them. In contrast, non-white participants see themselves as privileged due to their academic positions, but cite race, gender and region of origin as exclusion factors.

**Keywords:** women; researchers; north region; gender studies; intersectionality; critical discourse analysis.

## Considerações iniciais

Adentrar e progredir na academia são tarefas compostas por obstáculos que se materializam de diversas formas e são capazes de moldar de maneiras diferentes as trajetórias das mulheres, principalmente as que compartilham de desvantagens socioeconômicas intensificadas pelos marcadores de classe, raça, nacionalidade, etnia, capacidade física, sexualidade e outros marcadores que atravessam os sujeitos na sociedade. Logo, tão importante quanto reconhecer que as mulheres enfrentam desafios

---

<sup>1</sup> Professora substituta do curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e professora efetiva do ensino básico no estado do Rio Grande do Sul. E-mail: rafaelaportelabezerra@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6615-3489>

<sup>2</sup> É professora adjunta do curso de Letras (CCL) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: marthajumartins@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1547-827X>

no contexto acadêmico brasileiro, é identificar o impacto nas trajetórias dessas cientistas mulheres.

Considerando isso, o presente artigo, fruto da pesquisa de mestrado da primeira autora, traz os resultados finais da pesquisa conduzida entre 2020 e 2022 com mulheres doutoras que atuam na região Norte do Brasil. Os objetivos da pesquisa consistiram em investigar como essas mulheres percebem as relações de poder e hierarquia que se apresentam na universidade, analisando como gênero, raça, classe e região de origem moldam suas trajetórias, contribuindo para que elas se sintam incluídas ou excluídas de processos relativos ao seu desenvolvimento social e acadêmico. A pesquisa buscou ainda identificar de que forma os discursos das participantes materializam suas avaliações sobre suas experiências sociais e acadêmicas.

Os Estudos de Gênero e Interseccionalidade formam a base teórica principal para a análise dos aspectos sociais que contextualizam a vida das participantes. Já a materialidade linguística foi analisada através da categoria “avaliação” da Análise Crítica do Discurso - ACD (Fairclough, 1989; 2001), que foi adotada para identificar as formas como as participantes expressam discursivamente seus julgamentos de valor sobre suas posições sociais, bem como sobre suas trajetórias pessoais e acadêmicas. Dessa forma, será possível observar quais outros discursos estão intrinsecamente inseridos nos relatos tanto de mulheres brancas e que se beneficiam dos privilégios da branquitude como nos relatos de mulheres não brancas, e que, conseqüentemente, enfrentam exclusões por não pertencerem ao grupo racial privilegiado.

O presente artigo compreende quatro seções principais: sob o título “Raça, classe e gênero sob um viés interseccional” são apresentadas as teorias sociais que embasam as análises desta pesquisa; o título “Percurso Metodológico, Discurso e Categoria Avaliativa” evidencia os passos seguidos pelas pesquisadoras para a realização do trabalho e como a Análise Crítica do Discurso figura como teoria e método de análise discursiva; o título “Mãe, professora, cientista, mulher” apresenta os perfis das participantes da pesquisa; em “Análise discursiva-avaliativa das cientistas mulheres” apresentamos as análises partindo do discurso de cada uma das participantes; e, por fim, em “Considerações finais”, retomamos os objetivos da pesquisa, refletimos sobre os resultados evidenciando nossos pensamentos sobre os discursos das cientistas e também sobre nossa própria escrita acadêmica, e direcionamos a nossa gratidão às participantes que dedicaram parte do seu tempo para conversar com uma pesquisadora mulher que também tenta entender sua posição dentro do meio acadêmico.

### **Raça, classe e gênero sob um viés interseccional**

O objetivo de analisar discursos de mulheres doutoras através das perspectivas dos Estudos de Gênero reside no fato de que esses estudos oferecem teorias e explicações sobre as posições que as mulheres historicamente ocupam na sociedade através de perspectivas plurais baseadas não apenas em gênero, mas também em outros agentes de segregação social, como raça, classe, nacionalidade, etnia, capacidade física, condição de cidadania e faixa etária (Collins & Bilge, 2021). Estes, por sua vez, não influenciam a construção e as vivências de identidade de maneira isolada, mas, simultaneamente, marcam suas trajetórias de formas diferentes e que fazem mulheres viverem opressões em diferentes graus e configurações.

As opressões mencionadas pelas participantes dessa pesquisa são resultado do que Aníbal Quijano (1992;) teorizou como colonialidade do poder. Esse pensamento se refere à persistência das relações de poder hierárquicas e assimétricas que foram estabelecidas durante o período colonial. Essas relações não se limitam apenas à dominação política e

econômica, mas também se estendem para influenciar as estruturas sociais, culturais e epistemológicas, no caso desta, como os saberes produzidos por povos colonizados são marginalizados e suprimidos em comparação aos saberes eurocêntricos, o que caracteriza a “colonialidade do saber”. A teoria de Quijano oferece uma estrutura analítica para entender como o colonialismo continua a moldar as relações de poder, conhecimento e existência nas sociedades contemporâneas, destacando a necessidade de desafiar e transformar essas dinâmicas em direção a uma maior justiça social e epistêmica

Nesta pesquisa, olhamos para essas opressões sob uma perspectiva interseccional e decolonial, pensando os efeitos da colonialidade no ser, saber, viver e sentir dos indivíduos de forma a pensar o efeito de classificações raciais e sociais na vida humana. Porém, para além de explicar como as relações de gênero se tornaram dicotômicas e como a raça branca se estabeleceu como hegemônica, essa pesquisa buscou refletir sobre como a opressão de gênero é racializada e impulsionada pelo capitalismo, tal imbricação deriva do colonialismo europeu (Lugones, 2014).

Para Lugones (2014), a opressão e a subalternização dos sujeitos não europeus foram ocasionadas a partir da combinação de colonização, racialização, exploração capitalista e heterossexualismo, destacando uma dicotomização do conhecimento e das relações de subjetividade e intersubjetividade, entendida pela perspectiva decolonial como colonialidade de gênero. Essa marca violenta da colonização naturalizou a heteronorma como padrão sexual e familiar único e adequado. Dentro desse contexto, apenas mulheres brancas poderiam reivindicar a categoria “mulheres”, enquanto corpos negros e indígenas foram classificados como aberrações ambíguas e dismórficas do ponto de vista sexual, moral, religioso, etc.

Segato (2016) afirma que a noção de gênero como categoria de classificação entre sexos existia em sociedades afro-americanas e indígenas nas chamadas mundo-aldeias. Contudo, o contato do mundo-aldeia com os colonizadores alterou a forma como a ideia de gênero era anteriormente concebida. A autora denominou de patriarcado de “baixa intensidade” o modo como os sujeitos do mundo-aldeia se relacionavam, com a existência de uma estrutura social hierárquica – com o prestígio maior da figura masculina – e com a existência de certa violência na manutenção dessa hierarquia, mas com mulheres detendo muito mais autonomia e voz política sobre as decisões tomadas em prol da comunidade. Segato afirma ainda que, por apresentarem um modo de vida comunitário sem a separação clara do espaço público e doméstico, as mulheres ocupavam posição relativamente equânime em comparação a contraparte masculina, afinal, todos os sujeitos pertencentes àqueles grupos se responsabilizavam uns pelos outros em suas formas particulares de organização.

A ideia de um sujeito uno, homogêneo e puro foi construído pela modernidade europeia e privilegia os próprios europeus (Lugones, 2014; Segato, 2016), e portanto, tudo o que se diferencia desse sujeito uno, científico, racional é o produto da diferença colonial inferiorizado. Segundo Segato, “o espaço das mulheres, todo relacionado com a cena doméstica, se esvazia de sua politicidade e dos vínculos incorporados que gozavam na vida comunal, transformando-se em margem e resto da política” (Segato, 2016, p. 20 Tradução nossa). Esse sujeito se tornou a figura central da esfera pública, ou seja, o responsável por tomar decisões sobre os assuntos pertinentes à vida pública e política, mostrando, assim, que a história dos homens e a ascensão masculina às posições de tomadas de decisões compõem a espinha dorsal do Estado, que sempre foi patriarcal. É possível refletir a partir das análises das autoras que elas observam na lógica dicotômica, hierárquica e opressiva imposta pela modernidade colonial e pelo pensamento capitalista o resultado de todas as questões centrais que precisam ser investigadas no que tange à raça, ao gênero e à sexualidade.

Da mesma forma que gênero é estabelecido binariamente, a ideia de diferenciação racial também foi idealizada para promover a classificação social dos sujeitos colonizados de modo a justificar a exploração da mão de obra a serviço dos ideais do colonialismo e do capitalismo. Para Quijano (2000):

Como as relações sociais que se configuravam eram relações de dominação, tais identidades eram consideradas constitutivas das hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes e, conseqüentemente, do modelo de dominação colonial que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica (Quijano, 2000, p.534, Tradução nossa)<sup>3</sup>.

A diferença colonial produziu desigualdades e a subalternização do conhecimento, construindo uma narrativa da diferença que beneficia uma elite branca que sai vencedora da longa batalha pela subjugação dos povos originários, de mulheres e negros.

A lógica imposta pela modernidade/sistema colonial moderno conseguiu confinar mulheres brancas na esfera doméstica e empobrecer mulheres não-brancas, explorando-as como mão de obra barata e descartável. A subalternização de mulheres negras começa na colonização com o processo de escravização, segundo Davis (2016), entretanto, perpetua-se hoje como resquício de um longo processo de violência, o que explica o motivo pelo qual mulheres não-brancas ainda hoje ocupam posições inferiores no mercado de trabalho, possuem nível de escolarização menor e são mais empobrecidas de uma forma geral, se comparadas a mulheres brancas.

Na pesquisa, para entender as experiências de mulheres dentro do contexto acadêmico da região Norte foi importante olhar para suas histórias de vida sob o viés da Interseccionalidade proposta por Kimberle Crenshaw (1989) e explorado por Collins (1990, 1998, 2021) entrelaçando esse conceito ao entendimento da estrutura de poder possibilitada pela branquitude (Schucman, 2020; BENTO, 2022). Crenshaw (1989), ao analisar a realidade de mulheres negras, entende que as reivindicações das mulheres devem ser analisadas seguindo não apenas uma categoria de análise como “raça” ou “gênero” separadamente, mas devem ser vistas simultaneamente, entrelaçadas, uma vez que raça, classe e gênero interpelam os indivíduos nas mais diversas configurações.

Collins e Bilge (2021) explicam que a Interseccionalidade não é apenas um conceito pronto que deve ser interpretado somente como uma soma de opressões sobre os indivíduos. Mais do que isso, ele consiste em uma ferramenta analítica capaz de considerar que fenômenos e problemas sociais são moldados pelos constructos de nacionalidade, raça, gênero, capacidade física, faixa etária, nacionalidade e cidadania de forma a identificar opressões e procurar compreender suas origens e seu impacto na vida do sujeito interseccionado por elas. Observar os fenômenos sociais por esse ângulo nos permite compreender que, mesmo a educação sendo um direito universal, ela nem sempre alcança a todas as mulheres de forma eficiente. Os motivos variam desde a situação socioeconômica enfrentada por elas durante a infância, a qual pode ser vetor de afastamento da vida escolar, até obstáculos dentro da própria estrutura acadêmica, como o racismo estrutural e práticas que questionam suas capacidades intelectuais,

<sup>3</sup> “Insofar as the social relations that were being configured were relations of domination, such identities were considered constitutive of the hierarchies, places, and corresponding social roles, and consequently of the model of colonial domination that was being imposed. In other words, race and racial identity were established as instruments of basic social classification.” (Quijano, 2000, p.534)

contribuindo, assim, para um constante epistemicídio (Carneiro, 2011) que mantém parte da população em situação de subalternização no Brasil.

Audre Lorde (1984) observa que, mesmo dentro das lutas atuais das mulheres, as brancas focam a opressão unicamente nas suas realidades e ignoram os fatores que nos diferenciam. Por consequência, os discursos de sororidade e solidariedade viram falácia e continuam a esconder a realidade de mulheres vistas como desviantes da norma. Isso é confirmado pelo exemplo que Bell Hooks apresenta a respeito do fator classe:

Quando mulheres que têm poder de classe utilizam, oportunamente, uma plataforma feminista e ao mesmo tempo enfraquecem as políticas feministas, ajudando a manter intacto o sistema patriarcal que irá ressubordiná-las, elas não apenas traem o feminismo, elas traem a si mesmas (Hooks, 2018, p.74).

Portanto, desvencilhar o constructo de classe de análises raciais e de gênero conjuntamente torna-se uma iniciativa inviável e até impossível de ser realizada, tendo em vista que a classe é um fator determinante para localizar mulheres em diferentes posições na hierarquia social. Quem ocupa o topo dessa hierarquia detém maior poder de fortalecer as pautas que defendem, o que gera, conseqüentemente, maior visibilidade para suas causas e contribui para a extinção de projetos de gênero que visam ao crescimento pessoal e social de todas as mulheres, inclusive mulheres não brancas e pobres.

Os resultados que surgiram durante a geração de dados da pesquisa que deu origem a esse artigo, evidenciou que mais de 50% das participantes de autoidentificarem como mulheres brancas e de classe média, o que reflete, de certa maneira, o perfil racial que prevalece como maioria entre as mulheres doutoras na academia da região Norte. Embora esse dado esteja diretamente ligado à cor da pele, a branquitude, segundo Schucman (2020), não está associada apenas a fatores genéticos, mas também à posicionalidade social ocupada pelos sujeitos. A branquitude pode ser definida não apenas a condição de ser branco, mas também as dinâmicas sociais, culturais e políticas que envolvem a identidade branca em contextos de dominação racial.

Segundo Schucman (2020), a branquitude se apoia em características da posição de poder que transmitem privilégios à pessoa branca, tais como: 1) a ideia de que os indivíduos não possuem raça, ou seja, o Outro é racializado e a cor branca é a norma da qual as outras raças se distanciam; 2) a ideia de privilégios simbólicos, os quais estão relacionados ao reconhecimento social, prestígio e valorização cultural que pessoas brancas desfrutam em detrimento de outros grupos raciais; e 3) a ideia de privilégios materiais, isto é, as vantagens tangíveis e concretas que pessoas brancas têm acesso em comparação com pessoas de outras raças, em áreas como educação, emprego, saúde, moradia, entre outros recursos.

Privilégios simbólicos e materiais quando passados como herança da família para os seus descendentes de forma a dotá-los com os requisitos necessários para que ascendam mais ainda na escala social e que mantenham o status construído ao longo dos anos alimenta o chamado “Pacto Narcísico da Branquitude”, o qual, de acordo com Bento (2022), é uma forma silenciosa e até mesmo inconsciente para muitos que dele corroboram, de perpetuarem uma herança de benesses sociais para indivíduos brancos, mesmo se estes forem pobres, já que mesmo assim ainda estarão em vantagem em relação às pessoas negras.

Essa herança naturaliza a presença de pessoas negras e pessoas brancas em determinadas posições profissionais e espaços geográficos, sustentando-se no discurso meritocrático e contribuindo para a manutenção da divisão racial do trabalho. Logo, os

dados apresentados nesta pesquisa, como principal exemplo o fato de mais da metade das participantes se autodeclararem como brancas, não causa surpresa alguma, tendo em vista que estamos inseridos em uma estrutura racializada programada para afastar pessoas não brancas do acesso a oportunidades básicas necessárias para o desenvolvimento humano na colonial/modernidade.

### **Percurso Metodológico, Discurso e Categoria Avaliativa**

A pesquisa toma por base a análise dos relatos de quatro participantes: Ângela, Joelma, Irene e Érica. Esses relatos foram produzidos através de entrevistas conduzidas de forma *on-line*, uma vez que a pesquisa foi conduzida durante o período da pandemia de covid-19 e o deslocamento era desaconselhado devido ao alto número de contágio na região. Na dissertação que deu origem a este artigo, o ato de escutar e analisar os relatos das participantes sobre as impressões que elas têm tanto de si quanto do que acontece com elas dentro do ambiente acadêmico faz parte de um processo de análise de cunho qualitativo e interpretativista, o que possibilita identificar como questões relacionadas à raça, ao gênero, à classe, à sexualidade e à origem perpassam a vida das participantes. Esse processo de análise, no contexto desta pesquisa, foi englobado pela Netnografia, a qual, segundo Kozinets (2014, p. 24), é caracterizada como uma “pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online”, o que significa dizer que ela:

Adapta procedimentos etnográficos comuns da observação participante – tais como fazer uma entrada cultural, coletar dados, analisar e interpretar esses dados com cuidado, escrever um relatório de pesquisa e executar pesquisa ética – até as contingências de comunidades online que se manifestam por meio de comunicações mediadas por computador (Kozinets, 2014, p. 24).

O verbo “adaptar” é corretamente utilizado para exemplificar como a Netnografia é realizada, pois ela não é simplesmente pesquisa etnográfica feita por meios digitais, já que esta conta com muitos outros artifícios para se caracterizar como etnografia, por exemplo, observação do ambiente ao redor e gestos e mudanças de posturas dos participantes. Segundo Hobbs (2006, p.61 apud Kozinets 2014, p. 61), a etnografia é formada por “metodologias que compartilham da suposição de que o engajamento pessoal com o sujeito é fundamental para compreender uma determinada cultura ou ambiente social”, ou seja, entre as opções de metodologias da pesquisa etnográfica estão a aplicação de questionários e condução de entrevistas, que são mediados por dispositivos tecnológicos e recursos virtuais no contexto deste trabalho. Porém, para além de adaptar métodos, a Netnografia possui sua conduta própria de pesquisa que se diferencia da etnografia tradicional, pois ela contempla:

A tentativa do pesquisador de reconhecer a importância das comunicações mediadas por computador nas vidas dos membros da cultura, de incluir em suas estratégias de coleta de dados a triangulação entre diversas fontes online e offline de compreensão cultural, e de reconhecer que, como entrevistas ou semiótica, a netnografia tem seus próprios conjuntos de práticas e procedimentos (Kozinets, 2014, p.62).

Por relacionar o online e offline, a adoção da Netnografia foi necessária para alcançar participantes dos sete estados da região Norte.

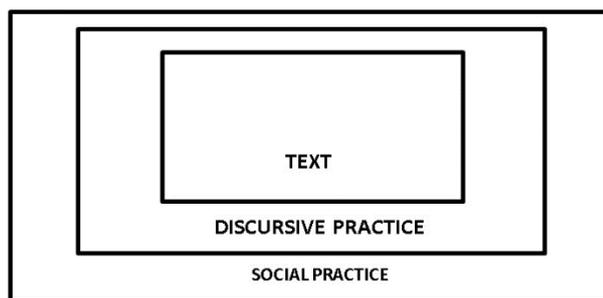
Em termos metodológicos a geração de dados ocorreu através da aplicação de um questionário via *Google Forms* com perguntas abertas e fechadas sobre o perfil socioeconômico e profissional das participantes e também com perguntas sobre suas percepções a respeito do espaço onde atuam. A partir do questionário, entramos em contato com as mulheres que concordaram em ser entrevistadas e conduzimos entrevistas através de plataformas de reunião *online* como o *Google Meet* e *Zoom*. Dezesete participantes foram entrevistados ao longo do período de abril a julho de 2022. Cada entrevista durou de 1 hora a 1 hora e meia e todas as participantes se mostraram dispostas a compartilhar suas experiências e esclarecer com mais detalhes o que informaram no questionário. Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Roraima e obteve aprovação sob o “Certificado de Apresentação de Apreciação Ética” (C.A.A.E) 44227121.7.0000.5302, possibilitando, assim, que as entrevistas com as participantes ocorressem. É importante ainda ressaltar que os dados das participantes foram tratados com sigilo preconizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e, por isso, seus nomes originais foram alterados por pseudônimos e as informações pessoais foram ocultadas para evitar qualquer tipo de identificação.

A Análise Crítica do Discurso expõe questões que concernem à maneira como a sociedade é estruturada, propõe reflexões sobre o efeito dialético que ela tem com o discurso e possibilita diferentes interpretações sobre os diferentes tipos de orientação que um discurso pode ter, como de ordem econômica, ideológica ou política (Fairclough, 2001; Wodak, 1997). Contudo, não é possível compreender a Análise Crítica do Discurso como um conjunto de abordagens multidisciplinares e transdisciplinares à pesquisa sem refletir sobre o conceito de discurso adotado para a realização deste estudo. O discurso aqui se resume à prática social, não vista apenas como produção do indivíduo sem influência alguma do que o rodeia, tampouco como resposta a situações sociais específicas.

O discurso é pensado como forma de agir sobre os outros e sobre o mundo, portanto, por ser prática social, o discurso não pode ser visto fora de um diálogo com a estrutura social, já que, ao mesmo tempo que ela o condiciona, ela é um efeito dele. Em resumo, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001, p. 91). Então, com foco na análise dos discursos das participantes da pesquisa, será possível compreender não apenas o que elas expressam, mas também o que circunda suas experiências e identificar possíveis padrões de vivências na academia.

“Prática social” e “linguagem em uso” podem ser considerados conceitos principais quando o tema é discurso (Fairclough, 2001, p.90). Nesse sentido, o discurso não vê a linguagem à parte de outros elementos da vida social, mas como algo interconectado e refletir sobre eles significa também pensá-los em três níveis de análise: texto, prática discursiva e prática social. O esquema tridimensional abaixo elaborado por Fairclough (2001) representa o modelo analítico adotado pela Teoria Social do Discurso para representá-los:

Figura 1 - Modelo analítico tridimensional da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 101)



O modelo mostra como a Análise Crítica do Discurso engloba:

- a) A “Análise Textual” em sua forma escrita e falada, levando em consideração suas características formais e sentidos vinculados;
- b) A “Prática Discursiva”, que engloba a natureza dos processos de produção e consumo do texto;
- c) A “Prática Social”, que levanta a necessidade de análise de todo o contexto social que cerca a produção do discurso, incluindo ideologias, economia, crenças e política.

Ideologias, para Fairclough (2003), sob uma visão crítica, são formas de representação de elementos do mundo que têm o potencial de influenciar e moldar interações sociais envolvendo poder, controle e exploração. Segundo o autor, essa visão “crítica” se difere da visão “descritiva” de ideologia que a considera apenas como um conjunto de atitudes, posições, crenças e perspectivas de grupos sociais, porém sem fazer referência a relações de poder e dominação entre esses grupos. Para Fairclough, as análises de texto que compõem uma análise social devem considerar a visão crítica de ideologia, tendo em vista que esses textos carregam em si efeitos nas relações de poder.

O discurso dialeticamente integra prática social, ao contribuir para a construção de relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças, e identidades sociais, e ele faz isso através de três macrofunções, que são: 1) função ideacional, que nos textos é a função que representa experiências, ações, eventos próprios da atividade humana; 2) função interpessoal, que é a função que expressa relações sociais e pessoais; e 3) função textual, que é aquela que lida com os aspectos linguísticos do texto, como semântica, sintaxe e gramática. Sobre as macrofunções, pode-se dizer que elas:

São inter-relacionadas, e os textos devem ser analisados sob cada um desses aspectos. Isso significa que todo enunciado é multifuncional em sua totalidade, ou seja, serve simultaneamente a diversas funções. Nesse sentido, a linguagem é funcionalmente complexa. As estruturas linguísticas não “selecionam” funções específicas isoladas para desempenhar; ao contrário, expressam de forma integrada todos os componentes funcionais do significado (Resende e Ramalho, 2006, p. 58).

É inconcebível analisar criticamente um discurso sem estar atento à importância de suas macrofunções, não apenas porque elas permeiam o discurso, mas também porque elas servem como guias de análise, auxiliando o alcance de um dos princípios da ACD: desmistificar ideologias e poder.

De acordo com Fairclough (2001;2003), dentro do escopo da Análise Crítica do Discurso, há inúmeras categorias analíticas que uma pesquisadora pode adotar para examinar o corpus em questão, de uma perspectiva mais ampla (macroanálise), que diz respeito à investigação de práticas discursivas, e a microanálise, que se trata da análise textual e de todos os elementos que o compõem. A categoria escolhida para analisar os discursos neste trabalho será apresentada a seguir.

O conceito de avaliação na Análise Crítica do Discurso, por sua vez, engloba julgamentos valorativos sobre algum assunto. Ele inclui: 1) Declarações avaliativas, que consistem em afirmações que transitam entre dois pólos, expressando o que é bom ou o que é ruim, o que é desejável e o que é indesejável. Para isso, ela pode se materializar discursivamente através de inúmeros constructos textuais e podem mudar baseadas em uma escala de intensidade, na qual advérbios, verbos e adjetivos podem variar entre baixa e alta intensidade. Como exemplo, retirado do *corpus* da pesquisa: “Eu me considero uma **mulher de sucesso**”, “Meu caminho foi bem **certinho**”, “Então aí eu sou a mulher **arrogante**”. A escolha de palavras determinará a intensidade avaliativa do falante ao que está sendo dito.

A avaliação também compreende: 2) Declarações de modalidade deontica, que se referem à análise do comprometimento dos sujeitos com o que expressam, no caso da deonticidade, quando fazem demandas ocasionadas por obrigação/necessidade ou ofertas (ação), inevitavelmente estarão atuando em prol do que é desejável, ou não. Do que é bom, ou não. É possível identificar os deonticos nos verbos modalizadores “poder” e “dever” ou na lexia “ter que”; 3) Declarações com verbos de processo mental. Nesse tipo de declaração, o sujeito é explicitamente o autor e ele expressa afetividade em suas avaliações, como exemplo “Eu odeio...”, “Eu amo...”, “Eu gosto...”. São declarações marcadas pela subjetividade que podem surgir também como processos relacionais marcados pela afetividade, exemplo: “Eu **não gosto** de dar jeito em nada, eu **gosto** de fazer tudo certo”, “As pessoas **confiam** mais em mim porque eu sou branca”, “Eu **gosto** muito do que eu faço”, “Eu **quero** ter saúde, **quero** ter alegria para continuar nessa luta”. É importante destacar que as declarações com verbos de processo mental são comparadas às declarações de modalização marcadas pela subjetividade, como “Eu acho...”, declarações que surgiram muito no decorrer das entrevistas com as participantes. E, por último, a avaliação abrange 4) Presunções valorativas, ou seja, avaliações que não estão claramente expressas nos discursos, exigindo olhar de maneira mais profunda o que está implícito nos textos, o que está presumido.

Portanto, nem sempre a avaliação está claramente marcada nos discursos, exigindo da analista atenção à presença de termos lexicais e gramaticais que possam expressar qualquer juízo de valor e, assim, evidenciar conexões que esses textos têm com a conjuntura social e histórica que os contextualiza.

Os trechos dos discursos apresentados neste artigo foram retirados das entrevistas conduzidas com Érica, Joelma, Ângela e Irene durante o período de pesquisa da dissertação. Eles englobam a forma como essas mulheres percebem a presença e a falta de privilégios em suas vidas.

### **Mãe, professora, cientista, mulher**

Joelma, Érica, Ângela e Irene são as mulheres doutoras atuantes na região Norte que participaram da pesquisa da dissertação a partir da qual esse artigo é escrito. Neste espaço, traçamos um panorama dos perfis das participantes para depois analisarmos os seus discursos.

## Joelma

Joelma tem 57 anos, é divorciada, mãe e se autoidentifica como branca e cisheterossexual. Ela é oriunda de Belém do Pará e atua na própria região Norte desde o início da sua prática profissional. Joelma iniciou sua carreira no magistério superior há 26 anos e atua como professora de disciplinas da graduação e pós-graduação na área de História na Universidade Federal do Pará. Ela relembra que toda a sua família sempre foi muito envolvida com os estudos e, por esse motivo, sempre se identificou com a vida acadêmica. Sua educação básica foi toda vivida em escolas públicas, caracterizada por ela como muito tradicional e com vestígios de uma cultura militar. Joelma afirma que desde sempre foi inquieta com as desigualdades sociais que ela observava, principalmente por ter crescido em uma periferia e perceber que, em outras regiões ao redor de seu bairro, não existia pobreza como a que ela presenciava onde morava. Por essa razão, hoje ela se identifica com visões políticas mais progressistas e faz questão de usar o termo “comunista” como identidade política. Joelma também compartilhou que sua criticidade sobre as desigualdades a guiou em sua escolha de curso superior e, por isso, decidiu seguir na área das Ciências Humanas na graduação, no mestrado e no doutorado.

## Érica

Érica tem 57 anos de idade, está em uma união estável, não tem filhos, nasceu e foi criada no estado do Amazonas em um bairro pobre e sem infraestrutura. Érica se autoidentifica como indígena e no próprio questionário, ela acrescentou uma observação de que a autoidentificação como indígena é um posicionamento, pois pelos critérios mais antigos do IBGE ela ainda estaria identificada como branca. Sua autoidentificação também é baseada em suas características fenotípicas, as quais ela considera muito mais próximas dos traços indígenas do que dos traços associados à branquitude. Érica é graduada em jornalismo, possui mestrado na mesma área e doutorado em Sociedade e Cultura. Hoje ela atua como professora no departamento de comunicação da Universidade Federal do Amazonas. Através de seus discursos, percebe-se que ela possui visões políticas progressistas e sua trajetória acadêmica e pessoal associa-se à luta por justiça social.

## Ângela

Ângela tem 39 anos, é casada, é mãe de uma filha, se autoidentifica como branca, nasceu em São Paulo, mas trabalha há mais de cinco anos na Universidade Federal de Roraima. Ela cita que sua família é de classe média, de acordo com ela, “estável e de vida confortável”. Seus pais sempre fizeram questão de investir na educação dos filhos, por isso, Ângela teve muitas oportunidades de estudo desde sua infância até o fim do seu curso superior, como curso de idiomas e faculdade particular, pois tudo isso foi possibilitado pela situação financeira de seus pais e pela prioridade que eles deram à formação dela. Hoje, Ângela atua no campo de Ciências Biológicas e Ciências da Saúde, com graduação em biomedicina, mestrado e doutorado na mesma área. Ela menciona com satisfação que foi contemplada com bolsa de produtividade CNPQ de apoio a pesquisadores. Entre as quatro participantes da pesquisa, Ângela foi a que menos demonstrou ter pensamentos progressistas. Sua reflexão sobre o funcionamento da sociedade limitou-se ao seu questionamento sobre a posição da mulher no ambiente acadêmico.

## Irene

Irene tem 37 anos, é uma mulher negra nascida em Tocantins e criada em um bairro periférico, mãe de dois filhos. Irene é geógrafa, mestra em Economia e possui doutorado em Geografia Humana e fez quatro estágios de pós-doutorado, dois deles na Europa – Espanha e Portugal. Ela apresenta seu contexto familiar compartilhando que sua mãe criou ela e seus cinco irmãos sozinha; Irene é bastante enfática ao falar sobre a influência de sua mãe e de suas irmãs em sua educação, destacando que esse foi um fator preponderante para que ela pudesse seguir o caminho acadêmico. Atualmente, Irene trabalha diretamente com disciplinas voltadas para os estudos de gênero e, por essa razão, durante toda a entrevista Irene mostrou ter uma maior compreensão dos mecanismos de opressão que simultaneamente marcam sua vida dentro e fora da academia, demonstrando assim ter visões políticas questionadoras e progressistas.

### **Análise discursiva-avaliativa das cientistas mulheres**

Esta seção traz um recorte das conversas com as participantes, com foco especial nos discursos e percepções delas sobre meritocracia, privilégios e sucesso. Advindas de realidades diferentes, as participantes foram questionadas sobre suas histórias dentro e fora da academia, sobre suas opiniões sobre a gestão da universidade onde atuam, se elas já vivenciaram assédio dentro da universidade, e se elas se consideram mulheres privilegiadas por estarem em um importante espaço de poder. De forma abreviada, por questões de espaço, apresentamos as opiniões das participantes e posteriormente entrelaçamos a uma breve discussão sobre critérios socioeconômicos, raciais, de gênero e acadêmicos/profissionais.

Observaremos a seguir as Tabelas 1 e 2 que mostram a materialização dos discursos das participantes Ângela, Joelma, Irene e Érica englobando como elas reconhecem, ignoram/negam privilégios e como elas se percebem como mulheres não privilegiadas. Abaixo de cada tabela serão feitas considerações sobre a forma como parte desses discursos podem ser interpretados através do critério da “avaliação” da Análise Crítica do Discurso.

As tabelas foram destacadas com cores diferentes para cada participante para facilitar ao leitor no reconhecimento do padrão de leitura.

Tabela 1: Discursos de Ângela e Joelma

	MANIFESTAÇÃO LINGUÍSTICA	
	ÂNGELA	JOELMA
<b>RECONHECENDO PRIVILÉGIOS</b>	<p>“Eu ganho um salário bom.”</p> <p>“Talvez eu consegui atingir mais meus objetivos pela raça (branca)... eu tive menos barreiras, né?”</p>	<p>“Nós sabemos qual é o nosso salário hoje, amanhã, depois a gente não sabe o que vai conseguir comprar, né?”</p> <p>“Então eu não me sinto no dever, na obrigação de fazer muita coisa no meu corpo.”</p> <p>“As pessoas confiam mais em mim porque eu sou branca.”</p>
<b>IGNORANDO PRIVILÉGIOS</b>	<p>“Só que eu acho que tudo é fruto de lá atrás de muita dedicação.”</p> <p>“Não chamaria de privilégio, eu acho que foi muito esforço mesmo para eu chegar aonde eu cheguei hoje.”</p>	<p>“Todos os meus empregos foram em concurso público.”</p> <p>“Eu não percebi isso (ser branca) como um vetor ou como uma coisa que viesse melhorar a minha vida.”</p>
<b>CLASSE/RAÇA/GÊNERO COMO MARCADOR DE OPRESSÃO</b>	<p>“Por ser mulher eu nunca fui privilegiada.”</p> <p>“Sempre a gente vai ser inferiorizada, sempre. A nossa competência nunca vai ser equivalente a um homem na mesma posição.”</p> <p>“A gente nunca é convidada para ser gestora, para ser pró-reitora de pesquisa... Então assim é sempre homens que assumem essa posição.”</p>	<p>“A única vez que eu me senti rejeitada foi pela gravidez.”</p>

Fonte: Elaboração própria

Abaixo, apresentaremos alguns trechos dos discursos de Ângela e Joelma analisados através da categoria “Avaliação”.

Entre os discursos de Ângela apresentados na Tabela 1, observamos a categoria de avaliação “declarações avaliativas” em “Eu ganho um **salário bom.**” e “**Talvez** eu consegui atingir mais meus objetivos pela raça”. Note que ao utilizar o advérbio “talvez”, ao refletir que talvez tenha conseguido alcançar seus objetivos com ajuda de sua raça, Ângela provoca fissuras em sua avaliação de que seu sucesso é resultado apenas de dedicação e esforço. Quando Ângela expressa: “**Sempre** a gente vai ser inferiorizada, sempre. A nossa competência **nunca** vai ser equivalente a um homem na mesma posição”,

ela também está avaliando sua situação por meio de uma declaração avaliativa. Os advérbios “sempre” e “nunca” nesse caso são constructos textos que variam entre alta e baixa intensidade, expressando o que a participante considera como indesejável (sempre ser inferiorizada) e desejável (sua competência ser reconhecida como a de um homem na mesma posição).

Ao expressar “Só que **eu acho** que tudo é fruto de lá atrás de muita dedicação” e “Não chamaria de privilégio, **eu acho** que foi muito esforço mesmo para eu chegar aonde eu cheguei hoje”, as declarações de modalização “eu acho” são marcadas pela subjetividade e o verbo de processo mental cognitivo “achar” explicita a sua avaliação sobre seus privilégios, os quais, nos casos, são ignorados pela participante.

Joelma, por sua vez, através do verbo de processo mental “sentir” em “eu **não me sinto** no dever, na obrigação de fazer muita coisa no meu corpo”, demonstra ter consciência da superioridade e do poder da branquitude em sua vida ao expressar que não precisa se esforçar tanto em sua aparência para ser reconhecida em seu local de trabalho. A mesma consciência é demonstrada através do verbo de processo mental “confiar” em “As pessoas **confiam** mais em mim porque eu sou branca.”

Em “Todos os meus empregos foram em **concurso público**” podemos interpretar que Joelma assume esse discurso como uma forma de explicar que nunca passou por situações nas quais se sentiu favorecida pela sua raça, caracterizando-se, assim, como uma presunção valorativa em que ela acredita que processos seletivos, como os que ela passou, estão livres da influência do sistema de privilégios que beneficia pessoas baseado em raça, gênero, nacionalidade e outras construções sociais. Discurso que é reforçado pelo uso do verbo de processo mental “perceber” em “Eu não **percebi** isso (ser branca) como um vetor ou como uma coisa que viesse melhorar a minha vida.”

Tabela 2: Discursos de Irene e Érica

	MANIFESTAÇÃO LINGUÍSTICA	
	IRENE	ÉRICA
<b>RECONHECENDO PRIVILÉGIOS</b>	<p>“O fato de eu ser uma professora me dá passaporte para entrar em lugares que eu como Irene lá da periferia, não teria como entrar.”</p> <p>“De ser a pesquisadora, ainda que negra, mas pesquisadora e doutora(...)”</p>	<p>“Eu hoje posso, é... em função desta <b>minha condição de jornalista e de professora da universidade ter um contato com o reitor da instituição onde eu trabalho, contar, dizer algumas coisas sobre o meu ponto de vista, isso eu não posso ignorar que faz uma diferença</b>”</p> <p>“O fato de ser uma articulista que toda semana tem um artigo num jornal local, de ser professora...<b>Isso dá algum tipo de relação de poder</b>”</p>
<b>IGNORANDO PRIVILÉGIOS</b>	<p>“Eu não posso me sentir uma mulher privilegiada quando eu ainda experimento o racismo e o</p>	<p>“Pelos critérios mais antigos do IBGE estaria na paleta ‘branca’.”</p>

	<p><b>machismo</b> nesses espaços, ainda que menos do que os meus pares”</p> <p>“<b>Não acho que seja um privilégio, privilégio, uma coisa que já está dada, não é?</b> E tudo isso aqui, eu preciso o tempo todo estar brigando”</p> <p>“A gente confunde privilégios com acessos básicos, não é? Então, <b>o fato de, por exemplo, as minhas irmãs não terem acessado a pós-graduação me faz estar mais emancipada do que elas, mas não privilegiada.</b>”</p>	
<p><b>CLASSE/RAÇA/GÊNERO COMO MARCADOR DE OPRESSÃO</b></p>	<p>“Não vejo muita facilidade de pessoas pobres, né? <b>E pessoas pobres, pretas e periféricas como pessoas e sujeitos que possam ocupar academia.</b>”</p> <p>“Porque a gente sabe que sendo mulher, mulher negra e no Norte a gente está muito, mas muito aquém de ser levado em conta como pesquisadoras”</p> <p>“<b>Eu sou uma professora negra que ainda, é claro, experimenta o machismo e o racismo.</b>”</p> <p>“<b>Eu percebo que as mulheres brancas, elas têm muito mais ouvidos de escuta do que eu.</b>”</p> <p>“É sempre ela que está sendo injustiçada por uma mulher negra raivosa, por uma mulher negra, né? <b>Porque é uma mulher negra que se posiciona, ela é raivosa. Ela não tem razão, ela tem raiva.</b>”</p> <p>“Então a questão de gênero, ela já me puxa para trás, mas a questão de gênero e raça me puxa com muita força.”</p>	<p>“<b>Eu não tenho esse direito, me foi retirado, foi arrancado de mim a chance de dizer ‘É que eu tenho um povo tal, que a minha língua é essa, que a minha cultura é essa’</b>”</p> <p>“Ser mulher e ser da Amazônia, por vezes, tem tradução pela ideia da nossa incapacidade de pensar e de posicionar ideias e conhecimento.”</p> <p>“Então quero dizer para você que <b>há decididamente uma conduta ainda forte de entender que, por exemplo, o lugar de pesquisadores amazônidas, ou da região Norte no sentido mais amplo, é negado</b>”</p>

Fonte: Elaboração própria

Abaixo, apresentaremos trechos dos discursos de Irene e Érica, analisados através da categoria “Avaliação”.

Através das declarações avaliativas “O fato de eu ser uma professora me dá passaporte para entrar em lugares que eu como Irene **lá da periferia**, não teria como entrar.” e “De ser a pesquisadora, ainda que **negra**, mas pesquisadora e doutora (...)”, percebe-se que o uso da locução adjetiva “lá da periferia” e do adjetivo “negra” servem para enfatizar como a raça negra e pessoas que moram em regiões desfavorecidas de uma cidade são intersecções que causam a falta de privilégios para um indivíduo. Podemos observar que Irene reforça essa avaliação através do uso da locução adverbial “no Norte” em “sendo mulher, mulher negra e **no Norte** a gente está muito, mas muito aquém de ser levado em conta como pesquisadoras”, considerando também a região do país como uma intersecção que desprivilegia o indivíduo.

Com o verbo de processo mental “perceber” em ““Eu **percebo** que as mulheres brancas, elas têm muito mais ouvidos de escuta do que eu” e através do uso do modalizador deôntico “não posso” em “eu **não posso** me sentir uma mulher privilegiada”, Irene avalia que mesmo conquistando um espaço majoritariamente ocupado por pessoas brancas e tendo acesso aos benefícios de classe que sua profissão a proporciona, ela ainda não pode se sentir uma pessoa privilegiada.

Ainda refletindo sobre os discursos de Irene, observamos que o uso do adjetivo “raivosa” na declaração avaliativa “Porque uma mulher negra que se posiciona, ela é **raivosa**” exibe uma avaliação negativa sobre a raça negra, o que, através dos relatos de Irene, nos possibilita depreender que são frequentemente associadas a mulheres negras que expressam suas opiniões e defendem seus posicionamentos de maneira mais exasperada.

Os discursos de Érica se assemelham com o de Irene ao focalizar a região Norte como um lugar não-privilegiado. Basta observarmos a avaliação “há decididamente uma conduta ainda forte de entender que, por exemplo, o lugar de pesquisadores **amazônidas**, ou da região **Norte** no sentido mais amplo, é negado”. Na avaliação, o uso do adjetivo “amazônida” e o substantivo “Norte” nos leva a interpretar que ela realiza a presunção valorativa de que pesquisadores e pesquisas advindas de outras regiões do Brasil são mais legitimadas do que o que é produzido na região Norte. Érica enfatiza mais ainda sua avaliação através da declaração “Ser **mulher** e ser da **Amazônia** por vezes, tem tradução pela ideia da nossa incapacidade de pensar e de posicionar ideias e conhecimento”, neste caso adicionando a intersecção do gênero, através de “ser mulher”, para ilustrar seu sentimento como não-privilegiada.

A partir da Tabela 1 e da Tabela 2, na Tabela 3 podemos resumir os posicionamentos das participantes:

Tabela 3: Sobre privilégios

	ÂNGELA	JOELMA	IRENE	ÉRICA
<b>RECONHECE PRIVILÉGIOS?</b>	SIM Razões: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Salário;</li> <li>• Por ser branca.</li> </ul>	SIM Razões: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Salário;</li> <li>• Por ser branca.</li> </ul>	SIM Razão: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão.</li> </ul>	SIM Razão: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão.</li> </ul>
<b>IGNORA PRIVILÉGIOS?</b>	SIM Como? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando reforça discurso de mérito.</li> </ul>	SIM Como? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando não percebe que a branquitude é um marcador de poder e prestígio.</li> </ul>	SIM Como? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando afirma que sua posição acadêmica não é fruto de privilégios, mas sim de uma contínua persistência para ocupar um lugar. Seu ponto de vista considera que ela precisa sempre se esforçar mais do que outras para ocupar espaços e se beneficiar desses privilégios, por isso ela sente que não deve ser vista como privilegiada.</li> </ul>	SIM Como? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando não reconhece que a branquitude é um lugar de privilégio e que ser uma mulher passável como branca a coloca em uma condição de privilégio. Por possuir traços indígenas, ela gostaria de ser reconhecida e identificada como tal.</li> </ul>
<b>PERCEBE ALGUM MARCADOR DE OPRESSÃO?</b>	SIM Razão: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por ser mulher.</li> </ul>	SIM Razão: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pela gravidez em determinado momento de sua carreira.</li> </ul>	SIM Razões: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por ser mulher;</li> <li>• Pela origem pobre;</li> <li>• Por ser da região Norte;</li> <li>• Por ser negra.</li> </ul>	SIM Razões: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por ser mulher;</li> <li>• Por não ter tido o direito de saber exatamente a qual etnia pertence;</li> <li>• Por ser da Amazônia.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Através da forma como os discursos das participantes foram estruturados, foi possível perceber manifestações linguísticas que assumem, omitem ou ignoram privilégios e que expressam suas opiniões a respeito de elementos que afetam e influenciam diretamente suas vivências acadêmicas. Considerando que os discursos são

formados a partir de diferentes lugares de enunciação e que eles podem contribuir para perpetuar perspectivas de poder hegemônicas, palavras e expressões que podem aparentar neutralidade, na verdade, quase sempre possuem viés ideológico que contribuem para o discurso hegemônico e isso pode ser prejudicial para sujeitos cujos discursos foram historicamente ignorados. Portanto, as análises dos discursos deste trabalho nos fazem refletir sobre como a linguagem foi essencial para o processo de colonização e para o que esse processo estabeleceu como superior em termos de raça, gênero, classe social, nacionalidade, etnia etc.

Os relatos apresentados são reflexos da reprodução de uma racionalidade que cria um sujeito universal hegemônico e que divide a sociedade hierarquicamente através dessa lente racializada que discrimina não-brancos e coloca a branquitude em lugar de destaque. Dessa forma, é importante racializar o branco, como forma de romper e criar uma fissura profunda no alicerce da construção iniciada pela captura colonial/moderna do mundo-aldeia (Segato, 2016), pois, a partir do momento que vemos o branco como mais uma raça entre todas as existentes, conseguimos observar com mais criticidade a injustiça presente nas relações sociais cotidianas marcadas pelo racismo, nas quais ser branco é sinônimo de ser superior, esteticamente belo, intelectualmente capaz, etc.

A partir do momento que mulheres brancas, como Ângela e Joelma, celebram suas conquistas de vida – emprego estável, aprovação em um concurso público, experiência internacional – e associam essas conquistas unicamente ao esforço próprio, ao mérito delas e da família, observa-se uma tendência em uma sociedade capitalista neoliberal a associar sucesso e mérito ao esforço individual e ignorar/esquecer opressões históricas, advindas da diferenciação colonial selada por aquilo que Bento (2022) chama de pacto da branquitude, herança colonial que confere privilégios e destaque aos universais dessa branquitude.

Ângela e Joelma, por exemplo, expressam que nunca se sentiram excluídas por causa da raça, uma vez que sejam brancas, porém, já se sentiram excluídas por serem mulheres, por motivos de gravidez e maternidade, opressão que é comum a todas as mulheres brancas e não-brancas. No entanto, por mais que tenham identificado que ser mulher se configura como um elemento de opressão, elas não percebem o quão privilegiadas são apenas por serem brancas e de que forma a branquitude produz uma ficção estética, social, discursiva que legitima violência contra indivíduos não brancos, beneficiando indivíduos brancos de forma material e simbólica.

Por outro lado, com suas experiências marcadas pelas opressões de raça, classe e gênero e demais fatores, Irene e Érica sentem, com mais intensidade, que esforço e sucesso nem sempre são diretamente relacionáveis, exigindo delas sempre mais dedicação e mais trabalho ao exercerem suas funções como docentes e pesquisadoras, e elas estão atentas às opressões que as interpelam no exercício de suas funções.

Irene, enquanto mulher negra, tem a compreensão que questões de classe, raça e gênero são determinantes como fator de exclusão dentro da universidade, e ela sempre experienciou exclusão tanto como aluna de graduação quanto como pesquisadora e docente. Ela enfatiza que frequentemente precisa se impor para ter suas opiniões e ideias acatadas em âmbito colegiado, pois sente que não é vista como alguém que pertence naturalmente àquele espaço. Para ela, suas experiências – dentro e fora da universidade – são fortemente marcadas pelo fato de ser mulher e negra.

Érica entende a exclusão a partir do seu local de fala geográfico, físico, como mulher e pesquisadora que atua na região amazônica, lugar subalternizado dentro do eixo de produção de conhecimento e ciência no Brasil (centro-sul do país). Sendo uma mulher da Amazônia e de origem humilde, Érica compreende que hoje ocupa lugar de privilégio, apesar da origem mais simples, em decorrência do fato de ser professora universitária

concurada que é uma estrutura de poder relevante e por ser pesquisadora e articulista, com contatos que a posicionam em um lugar de poder em relação a outras pessoas.

Nesta pesquisa, tanto Irene quanto Érica se mostram mais politicamente engajadas e conscientes das opressões do que as participantes brancas. Isso pode ser visto através de suas críticas expressas de maneira mais assertiva a respeito dos processos políticos que articulam o funcionamento das relações dentro e fora da academia. Outro exemplo de engajamento por parte delas é visto em suas atuações com o objetivo de agir sobre a sociedade, seja por meio de movimentos sociais, como é o caso de Érica, seja por meio de oportunidades em um ambiente de graduação menos hostil para as estudantes mulheres e mães, por exemplo.

É crucial, aqui, não essencializar as vivências das participantes, contudo, faz-se necessário reconhecer que não há naturalidade em uma raça ocupar mais lugar de poder em detrimento de outras. Tampouco é natural que pessoas não brancas ocupem posições de subalternidade social. Portanto, para que haja mudança nas relações raciais baseadas no sistema colonial/moderno, é preciso compreender de que forma a opressão interpela os indivíduos, estigmatizando-os e subalternizando-os. A forma como as participantes percebem as relações de poder e hierarquia na universidade a partir de suas posições dentro dela varia conforme diferentes variáveis sociais atravessam mutuamente suas identidades.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou fazer um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre mulheres na academia na região norte do país sob um viés interseccional. Neste artigo, buscamos mostrar como os discursos das docentes selecionadas para a pesquisa podem ser contraditórios e com nuances que demonstram quão complexa é a discussão. Enquanto algumas participantes reconhecem seus privilégios, outras parecem não compreender a complexidade dos marcadores de opressão e como esses marcadores interpelam as vidas dessas pesquisadoras de forma a beneficiá-las ou dificultar suas trajetórias. O “pacto narcísico da branquitude” (Bento, 2022) preserva os interesses das pessoas brancas e perpetua desigualdades e discriminações, normalizando-as, especialmente em contextos de alta competitividade e concorrência, como é o espaço acadêmico, o que explicaria porque as participantes Ângela e Joelma não conseguem verbalizar totalmente e fazerem sentido desses privilégios, atribuindo algumas conquistas exclusivamente ao esforço, ao trabalho e aos estudos.

A pesquisa utilizou a Análise Crítica do Discurso e os estudos de Gênero, Decolonialidade e Interseccionalidade para basear as discussões para a compreensão dos discursos arraigados no processo formador da colonização, a partir da colonialidade do poder, ser, saber e afetos de forma a fomentar a estrutura de desigualdade de gênero, o racismo, a violência, o desequilíbrio de poder e a manipulação de instituições que perduram até hoje como parte de uma colonialidade que é diariamente fortificada por pensamentos, ideias e atos que ignoram os sujeitos marginalizados e solidificam a hegemonia pautada no eurocentrismo.

Através das expressões valorativas das participantes, como afirmações avaliativas, declarações com modalizadores deônticos, declarações com verbos de processo mental afetivo e presunções valorativas feitas por meio de seus discursos, percebemos que as escolhas lexicais de adjetivos, advérbios e verbos durante toda a entrevista expressam, de maneira direta e indireta, a avaliação de cada uma a respeito de suas experiências, ou seja, mostram o seu posicionamento perante as questões sociais que afligem a sociedade.

Os estudos críticos do discurso procuram investigar sua relação direta com a sociedade, promovendo reflexões a partir da materialidade discursiva em questão e compreendendo que cada texto está imerso em uma prática discursiva, que, por sua vez, é fruto de uma prática social, ou seja, o sujeito que o produz não vive em um vazio, pelo contrário, é diariamente confrontado por ideologias e discursos hegemônicos ou contra-hegemônicos com os quais irão se associar de acordo com os seus valores, crenças e ideologias.

Apesar dessa pesquisa questionar a lógica dicotômica imposta pela divisão colonial, ao concluir as análises, ficou claro que, de forma contraditória, ela reforçou essa lógica ao ter sido dividido em análises de discursos de mulheres que se autodeclaram brancas e mulheres que se autodeclaram como não-brancas. É válido e essencial mencionar aqui que quando essa escolha foi feita, pensou-se apenas na organização textual, porém, conforme os relatos foram analisados, ficou claro que as identidades, acima de tudo, são relacionais, ou seja, as pessoas estão sujeitas ao contraditório em suas vidas e seus discursos não são pré-determinados pelo seu gênero, raça, condição social ou nacionalidade. Os indivíduos são complexos e cheios de nuances, fatores que não puderam ser contemplados aqui neste artigo. O objetivo da pesquisa não foi julgar as participantes e seus discursos, mas apenas tentar compreender como a discussão sobre marcadores de opressão, branquitude, privilégios, etc não estão claros para todos, mesmo em um lugar de trânsito de pesquisa e conhecimento como as universidades públicas brasileiras. A pesquisa serviu para compreender que ainda é preciso fomentar o letramento racial e feminista, especialmente de viés interseccional pois em contextos universitários a discussão sobre privilégios está diretamente correlacionada a acesso, permanência e oportunidades para estudantes, docentes e demais servidores e é facilmente relacionável a questões de raça, classe e gênero.

Este trabalho tentou compreender a complexidade das vidas das mulheres cientistas na região Norte e como suas narrativas variam conforme as variáveis interseccionais que perpassam suas vivências ao buscarem sobreviver a um ambiente marcado pelos discursos advindos de uma colonialidade violenta, patriarcal, racista e misógina.

Por fim, é importante agradecermos e homenagearmos as participantes que tornaram possível esta pesquisa. Sem os relatos delas não seria possível a compreensão dessas marcas de colonialidade que tanto falamos no texto e na pesquisa. Seguimos felizes pelas conquistas dessas mulheres e mais que nunca atentas às opressões que nos diminuem, estigmatizam e subalternizam.

## Referências

- BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011
- COLLINS, Patricia Hill. **It's All In the Family: Intersections of Gender, Race, and Nation**. *Hypatia* 13, no. 3 (1998): 62–82. doi:10.1111/j.1527-2001.1998.tb01370.x
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2. ed. New York; London: Routledge, 2000 [1990].
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. *University of Chicago Legal Forum*, n. 1, p. 139-167, 1989.

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Routledge, 1989
- FAIRCLOUGH, Norman **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 316 p.
- FAIRCLOUGH, Norman **Analysing discourse: textual analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.
- GOMES, Kátia Reis; ÉSTHER, Angelo Brigato; RODRIGUES, Isabella Stroppa. **Produtivismo acadêmico nos programas de pós-graduação na universidade brasileira: um estudo de caso**. Madri: setembro de 2017. 17p.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018
- LORDE, Audre. **Age, Race, Class, and Sex: Women Redefining Difference**. Sister Outsider Crossing Press, California (1984).
- LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3), 320, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. **Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America**. Neplanta p. 533-580, 2000.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: Veneta, 2020. 216p.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. 1ª Edição. Madri: Traficantes de Sueños, dezembro de 2016. 188p.
- WODAK, Ruth. Introduction: some important issues in the research of gender and discourse. In: WODAK, R. (Ed.). **Gender and discourse**, London: Sage, p.1-20, 1997.

Submetido em 15 de maio de 2024.

Aprovado em 20 de junho de 2024.